

VERDES ANOS (UMA MEMÓRIA PESSOAL DO LUÍS KRUSS)

José Manuel Sobral

1. Conheci o Luís em 1974, na sequência da revolução de Abril. Ambos estudávamos na Faculdade de Letras, então um palco de assembleias quase permanentes, em que discutíamos o que fazer com a Faculdade e com as nossas licenciaturas, entre o fim da Primavera e os inícios do Verão.

A queda do Estado Novo ocorrera num momento extremamente conflituoso na Universidade e com uma ressonância particular na nossa escola. A politização estudantil, ligada à contestação à guerra colonial, tinha conduzido ao recrutamento de vigilantes, que, através da intimidação, e mesmo da agressão, procuravam evitar qualquer reunião. A sua presença acabou por desencadear um motim reprimido com violência pela polícia de choque no interior do edifício, o que levou à suspensão de vários estudantes. Neste ambiente não é de admirar que a extinção do regime tivesse dado lugar a um ajuste de contas com alguns professores que se sabia serem dos que mais se distinguiam pelas propostas de medidas repressivas.

Vivia-se em plenário. Já não sei bem como, encontrei-me num grupo apartidário, a defender ideias radicais em coerência, no geral, com a postura esquerdista influente na cultura estudantil europeia e americana desde finais dos anos 60. Éramos contra toda a espécie de autoridade, embora sem referências ao anarquismo histórico, muito críticos com os comunismos estabelecidos — para alguns de nós, pelo menos, regimes ditatoriais sem paliativos. Desejávamos para Portugal um regime revolucionário, que transformasse a sociedade e o teor das nossas vidas. Andaríamos pelos vinte, vinte e poucos anos.

Nesse contexto, servidos por algum talento na oratória, não admira que conhecêssemos uma breve hora de glória, que culminou no triunfo da abolição dos exames e na aprovação para esse ano das chamadas “passagens administrativas”. Estas eram uma necessidade absoluta num tempo em que a autoridade professoral, base de toda a instituição escolar, se perdera, e em que tudo parecia mais urgente e importante do que a rotina da vida estudantil que conhecíamos.

Não me recordo do modo como o Luís apareceu neste grupo radical, cujo núcleo era constituído por estudantes de História. Provavelmente por ter surgido do modo discreto e silencioso, que viria a ser timbre seu nas décadas que lhe coube viver. Já usaria, talvez, sapatos de sola de borracha... Os grandes passes de oratória não eram com ele, nem aspirava a qualquer destaque. Foi ficando na nossa companhia até fazer parte de um círculo mais íntimo, que não iria além de uma dúzia de pessoas. Por ser afável e saber escutar, por ostentar aquele ar de eterno menino, inspirou logo protecção maternal: era o Luisinho. Quem primeiro o tratou assim? A Amália? A Berta?

Em Agosto dispersámos para férias. Quando regressámos à Faculdade no fim desse Verão, a situação era muito diferente da que deixáramos. A organização havia triunfado. O PCP e os seus aliados, derrotados na luta pelas “passagens administrativas” — pois queriam uma escola, e um estado, a funcionar —, exerciam agora uma forte influência no departamento. Introduziram-se novas disciplinas,

houve uma grande abertura às ciências sociais, entraram professores recrutados nos meios hostis ao regime, alguns dos quais estavam exilados, como o meu professor e amigo António José Saraiva.

Aquilo que para alguns — e alguns, de modo retrospectivo — foi apenas desordem, significou uma enorme lufada de ar fresco. Deve dizer-se que o ensino ministrado até ao 25 de Abril era, no geral, medíocre. O presente estava completamente desligado do passado retido como objecto de ensino, pois a época contemporânea não fazia, na prática, parte do curriculum do ensino da História. Receava-se a política. Por sua vez, o nacionalismo colonialista estruturava a visão da história de Portugal que nos era proposta. A pedagogia assentava na sebeta e reduzia-se com frequência ao autoritarismo professoral. Não havia muitos professores respeitados. Distinguiam-se nomes como os de Manuel Antunes, José Mattoso e Borges de Macedo, este último alvo de juízos muito contraditórios. A sua competência era apreciada — ao abrigo da Cultura Moderna, que leccionava, li *Le Rouge et le Noir* de Stendhal — mas a sua posição hostil ao movimento estudantil e uma postura autoritária geravam antipatia.

O nosso grupo, produto da conjuntura pós-revolucionária, pouco durou. Algum ainda seguiu a vida política, aderindo a organizações partidárias. A maioria não. Acabadas as licenciaturas, os nossos trajectos levaram-nos à dispersão. Eu e o Luís acabámos por ficar ligados à Universidade — o que também sucedeu com a Fátima Bonifácio, uma das vozes sonantes do grupo (a outra, era a minha). Mas ele e eu seguimos percursos diferentes, o que não deixou de ter reflexos no nosso relacionamento. Nisto, sucedeu-nos, creio, o que sucede a quase toda a gente.

Fui-me voltando com uma curiosidade crescente para o campo emergente das ciências sociais, inexistente em 1971, quando havia decidido tornar-me estudante de História. O Luís foi-se dedicando cada vez mais à história medieval, que constituía um terreno muito atractivo. Alguns dos mais importantes historiadores da época, como Jacques Le Goff ou Georges Duby, representantes da chamada terceira geração dos “Annales”, eram medievalistas. O último havia levado para o estudo da Idade Média preocupações da teoria social contemporânea: as noções de ideologia, de modo de produção, e de luta de classes revividas através do impacto do marxismo de Althusser; a importância da família e do parentesco, do imaginário e do simbólico, decorrentes da influência da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss; preocupações, finalmente, com a história diferenciada da mulher, que ecoavam os debates contemporâneos em torno da sua discriminação. Le Goff, historiador das mentalidades, distinguia-se igualmente na pesquisa de temas inovadores como os do tempo e da memória. E, no geral, a investigação sobre a Idade Média reflectia as preocupações contemporâneas, como se via na importância dada a temáticas como os movimentos sociais, as heresias, a relação entre os géneros, a família, a pobreza, a marginalidade e a exclusão, a sexualidade.

Em Letras, onde havia pontificado Virgínia Rau, havia um núcleo de professores, ainda relativamente jovens, dedicados à Idade Média: Maria José Ferro, Iria Gonçalves e a desaparecida Maria José Trindade. E havia sobretudo um professor com uma bibliografia actualizada, onde se inseriam as referências a alguns grandes

nomes da Teoria que nos seduziam, como Michel Foucault: José Mattoso. Foi neste ambiente que o Luís se inclinou para a história medieval.

2. Não sei se o gosto pelo estudo da Idade Média era mais antigo nele. Mas sei que se interessava por tópicos de outros períodos. Retenho na memória o que penso ter sido a nossa primeira conversa. Deveríamos estar a conversar sobre o Estado Novo ou sobre o fascismo e o nazismo em geral. O Luís falou-me então nas manifestações da eugenia em Portugal no período salazarista. Julgo mesmo, mas posso estar involuntariamente a inventar, que me mostrou alguma brochura da época. Na época — e na minha ignorância — eu pensava que medidas extremas desse tipo eram coisa do nazismo. O Luís revelava-me a sua importância como facto mais global — e mais próximo de nós.

A medida que fomos convivendo ao longo dos anos, pude conhecer nele um apaixonado pela literatura, pela música — da clássica ao jazz, ao tango, à Piaff, à canção de resistência — e, sobretudo, um espectador de teatro e um cinéfilo apaixonado. Era tão viciado no cinema quanto no tabaco. Lembro-me de que parecia saber tudo sobre a cinematografia “clássica” — dos anos 20 aos 60 — então divulgada na cinemateca e nas grandes retrospectivas da Gulbenkian. Eram-lhe familiares os Sternberg, a Marlene Dietrich, as obras do Carl Dreyer e do Bergmann, as do John Ford, do Frank Capra, do Nicholas Ray ou as do Rossellini, Visconti e Antonioni, o neo-realismo italiano e a *nouvelle vague* francesa. Os alemães contemporâneos: Wenders e, sobretudo, Fassbinder. Os japoneses: Kurosawa, Mizoguchi, Ozu. Sabia quem era a Lenni Riefensthal e já tinha visto, antes de mim, o Murnau e o D. W. Griffith. E muitos mais. Conhecia profundamente o cinema português. Acompanhava o cinema contemporâneo. O mesmo se diga do teatro. Assistia sistematicamente às representações, fossem elas as da Revista do Parque Mayer ou as dos teatros mais alternativos.

3. O Luís falou comigo sempre pouco de si, e eu nunca fui homem de grandes inquirições. Creio que estava ciente da curiosidade que despertava e que lhe andava colada ao nome: Luís Filipe Llach Krus. Luís Filipe é nome monárquico, uma reminiscência do príncipe herdeiro assassinado por republicanos em 1908. Ainda assim relativamente frequente. Não era o caso dos apelidos, que remetiam para uma genealogia cosmopolita. Llach inconfundivelmente catalão (é o apelido do cantor Luis Llach). E Krus? Apelido judaico, lembrando o falecido político lisboeta de que era parente, e para alguns de nós Oitocentos, a grande burguesia, o salão literato da D. Maria Krus. O Luís não entrava muito em pormenores. De vez em quando referia-se a essa parte da família. Mas comigo não ia muito além de curtas referências de onde o snobismo estava inteiramente ausente. Em contrapartida, recordo momentos em que a história modesta da sua pequena família — ele, a sua mãe, o seu pai, a avó com quem viveram — era evocada com uma ternura doce e emocionada. Há uma cena que se me apresenta de modo recorrente. Estamos em Sintra. Andamos pela vila, porventura depois de comer queijadas e talvez travesseiros. Passamos pela porta de uma pensão. E ele, de repente, recorda as férias que aí teria feito com os pais. A sua Sintra não era a do patriciado. Mas esta, a das pensões.

A família materna era de Torres Vedras e ele cultivava também essa memória. Creio que fui à praia de Santa Cruz pela primeira vez levado por ele, que gostava dela indiferente ao vento da nortada e ao nevoeiro, com o gosto que se tem pelos lugares da nossa infância.

4. Gostou sempre muito de viajar. Fiz com ele duas viagens em finais dos anos setenta, e não voltámos a fazer mais nenhuma. Na primeira vez fomos acampar para o Minho, eu, a Teresa Matos, ele e a Fátima Sequeira. Começámos por ficar em Braga, num hotel, o Francfort. Uma estrelita. Para nós todos um quarto. Este era um hotel familiar, feito para peregrinos do Sameiro e visitantes do Bom Jesus. O nosso aposento possuía três camas. Acomodámo-nos sem qualquer prejuízo para a moral conjugal imperante.

Depois fomos acampar. O nosso material era do mais rudimentar. A Fátima levava um saco enorme, só transportável por duas pessoas, que acartávamos com os nossos outros haveres. Tínhamos uma tenda branca, proveniente do espólio da extinta Mocidade Portuguesa. O transporte era o público: comboio e camionetas. Assentámos arraiais em Ponte da Barca, num areal da margem esquerda, antes da sua bela ponte de pedra. Aí ficámos uns dias, a tomar banho no rio.

Se o alojamento era o que se via, comíamos e bebíamos do melhor. Recordo um restaurante presidido pela proprietária — presidido é o termo apropriado, pois ocupava uma posição de controlo na sala e toda a contabilidade passava por ela — uma minhota forte, de cabelo negro, vestida de escuro, exibindo ouro. Comemos um bacalhau assado com pimentos morrones, que se viriam a revelar trágicos para mim (não os digeri), pudim, vinho verde. Como eu, o Luís gostava muito de comer.

Encontrávamo-nos perto do Gerês. Vi no mapa que havia uma barragem que não parecia ser longe, no Lindoso, onde pensei que poderíamos tomar banho. Além disso estávamos perto de Espanha, país que sempre me fascinara. Convençios a irmos. Então, numa manhã de Agosto, mesmo de manhãzinha, abalámos na camioneta que servia a povoação. Íamos, claro, com roupa de Verão, de manga curta, com as nossas toalhas de banho.

Este passeio foi um erro colossal. A estrada, sempre, sempre às curvas, subia a montanha, até nos depositar na aldeia situada lá em cima. A barragem não ficava aí, mas a uns quilómetros, no vale. Se ficasse na aldeia, por certo não teríamos coragem para mergulhar, tal era o frio. Encostámo-nos a uma parede onde havia Sol, embrulhados nas nossas toalhas, a tiritar, a fumar e a rirmo-nos do disparate. Entretanto, a aldeia maravilhava. As construções, quase todas em granito, pareciam saídas das páginas da *Arquitectura Popular em Portugal*.¹ O seu castelo medieval, as suas eiras, as suas casas e, sobretudo, aqueles espigueiros imponentes, que lembravam quase um santuário, deslumbraram-nos. Encontrávamo-nos num mundo desconhecido que contemplámos com os olhos do encantamento — o encantamento que perpassa nas obras de Jorge Dias sobre as montanhas do Norte — que foram ainda os dos nossos vinte e poucos anos.² Pelo menos, é esta a recordação que guardo de mim no Lindoso. A pobreza que por lá havia ficou submergida sob a visão majestosa dos cumes serranos, da pedra, do gado bovino quase cor de fogo que passava.

Num café soubemos que o rio Lima passava mais abaixo. Devo provavelmente ter sido o indutor da genial ideia de nos dirigirmos para lá. Lá ainda eram uns quilómetros. E a fronteira. Ora, nessa altura uma fronteira nacional era uma barreira. Estávamos longe da abertura europeia. O Luís e eu não podíamos passar por não termos licença militar. Também não tínhamos passaporte, mas nesse caso a Guarda até facilitava. Mas em matéria militar, não. Passaram só as meninas. Para irem, de boleia, à povoação mais próxima, na estrada para Xinzo de Limia. Partiram e eu e o Luís ficámos, cheios de sono, à beira rio a apanhar sol. O Luís, esticado sobre um pouco de relva ressequida, lia *Mishima*, de quem eu instintivamente desconfiava. Saber que ele fora um nacionalista nipónico, foi, na época, o suficiente para me afastar das suas páginas.

As meninas, que tinham um ar mais respeitável do que o nosso, barbudo e cabeludo, voltaram, creio que com algum alimento, a bordo de um Seat enorme, todo um ícone da Espanha do Caudillo. Os proprietários eram um casal idoso que nos levou de regresso à aldeia de onde voltámos ao nosso acampamento de Ponte da Barca. No dia seguinte fomos para Viana, onde erguemos de novo a tenda. Aí conhecemos o Michael Pedersen, um bom gigante escandinavo, a quem ensinámos que havia outras sardinhas além das de lata. O Michael, educador de infância, tinha vindo da Dinamarca para fazer as vindimas do Douro. Dissuadimo-lo e trouxemo-lo para Lisboa. Que será feito dele?

Voltámos ao Norte, sem a Fátima e com o António Varela. Viajámos com outras condições e autonomia, no Dyane do António, com os passaportes e as licenças militares em ordem. Visitámos, porventura devido a alguma indicação do Luís, o Mosteiro de Leça do Balio e, se não me engano, Guimarães. Revisitámos espaços onde se formou o núcleo portugalense. Fomos pelo Minho para a Galiza. Vigo, Santiago, o Pazo de Oca (o Versalhes galego, casa dos duques de Medinacoelli), a Corunha. Marisco barato — o câmbio era favorável ao escudo — vinho do Ribeiro, bebido em malgas, pimentos de Padrón, empanadas, pulpo de feria, aguardente de orujo, charutos baratos — Farias — para mim. A livraria Follas Novas. Uma festa. Para além destas reminiscências, não sei se muito exactas — não possuo nenhum diário dos acontecimentos, e a memória é um produto do presente, como lembra Halbwachs — resta uma foto dos quatro feita a pedido por um passante na baía da Corunha. Olhei recentemente esta última. É o retrato de quatro jovens, para os meus olhos de hoje incrivelmente novos.

Em Santiago de Compostela dormimos no Convento de S. Francisco. Este era um edifício de pedra enorme, perto da praça do Obradoiro. Além dos frades, servia como residência de estudantes durante o ano. Vazio destes nas férias, passava a hotel barato. Convinha-nos.

Da nossa passagem aí ficaram-me várias lembranças banhadas de comicidade. A da discussão gerada quando se descobriu que havia morcegos nos quartos e havia quem tivesse pavor e repugnância deles (omito o nome). Ou a do nosso desembarque no refeitório dos frades, quando procurávamos a saída. Que cena! Parecia quase retirada de uma descrição dos actos dos Goliardos medievais: uma grande mesa, muitas garrafas abertas de tinto, vozes altas que ecoavam pelas abóbadas. Galhofa. E o Luís rindo, e contando alguma história erudita relativa à reconquista

ibérica, ao papel do caminho de Santiago, às lutas entre o poderoso arcebispo Diogo Gelmires, o bispo de Braga e os condes portugalenses.

5. Mas os nossos caminhos, lentamente, iam-se afastando. Começámos a ver-nos menos. Tínhamos menos tempo e tínhamos agora outros amigos, que não, ou não só, os dos dias exaltados que nos haviam reunido. O Luís fixou-se em casa do Zé António, ali ao Arco do Cego, bem perto da casa onde os pais viviam. Eu andava por mais longe e por fora de Lisboa. Ainda não havia telemóveis.

Os livros que líamos reflectiam interesses distintos e especializados. O Luís não só conhecia a produção medieval mais recente, como se tornara um conhecedor erudito da historiografia tradicional e local. Continuava muito francófono e ampliava os seus conhecimentos especializados ao espaço ibérico. Eu, cada vez mais antropólogo e mais anglófono. Não chegámos a discutir nunca o pós-modernismo, que chegou nos anos 80, mas pressenti nele uma proximidade maior ao relativismo epistemológico do que a minha. De um lado estava o homem do arquivo e da biblioteca, embora capaz de interpretar historicamente uma paisagem. Do outro, aquele que pelo menos presumia ter um pé bem assente no real contemporâneo. Mas não discutimos nunca qualquer teoria a sério, em trinta anos.

Continuávamos a ver-nos, em contextos ligados ao mundo académico, como nas nossas defesas de tese, nas reuniões das revistas a que estivemos ligados — primeiro a “*Ler História*”, depois a “*Penélope*” — na Associação de Professores de História. Mas andávamos cada vez mais apressados.

E éramos diferentes. Nunca me lembro de o Luís me ter feito confidências, de ter sabido das suas dores (Só uma vez senti o som da sua dor, pelo telefone, e sem palavras). Eu era o contrário. Algumas vezes desabafei com ele alguma desventura (sempre da espécie amorosa). Ele ouvia, íamos comer perto, e por certo arriscaria algum conselho inútil nesses casos desesperados.

Sendo um ouvidor, um confidente, o Luís tinha o prazer do pequeno comentário, da historieta. Mas tudo inconsequente, sem dano nem menosprezo de quem quer que fosse. Pelo contrário. A generosidade, de que se abusou, foi sempre uma sua característica, como todos sabemos. Mas não dizia que não — melhor, não dizíamos — à pequena história universitária, à críquete de costumes, à chalaça.

Às vezes abordávamos questões mais sérias, da política ou da história. De política, quando nos encontrávamos em período de eleições. Mas era pouco. Só tínhamos que escolher em que esquerda votar (o Luís pendia mais para o PCP, parecia-me). Falámos sobre história a última vez há poucos anos, a propósito da identidade nacional portuguesa. O seu amplo conhecimento do período medieval ibérico informações proporcionava-me confronto e esclarecimento.

Porém, mesmo afastados por longos períodos, durante meses a fio, continuámos a encontrar-nos com a familiaridade imediata de sempre. Creio que nos sucedeu aquilo que ocorre em todas as amizades que perduram por muito tempo. Há um momento em que deixam de ser questionáveis. Por isso, o Luís permitiu-se não responder sequer ao convite para vir ao meu casamento com a Luísa. Falei para o gravador de chamadas. Quando me voltou a ver, deu qualquer razão pouco convicta. Sabia que não tinha de se esforçar. Eu não me iria zangar com ele. Presumia

que ele estava completamente engolido pela máquina universitária — reuniões do CC, teses, artigos, tudo o que nos enche os dias —, o que não era falso. Ou que pura e simplesmente não lhe apetecia, e sabia que eu respeitava decisões dessas.

6. E assim chegámos ao dia em que alguém me diz — creio que o Bernardo Vasconcelos e Sousa — que o Luís está muito mal, internado numa clínica de Lisboa. Fui vê-lo. Encontrei-o com alguns dos seus *novos*, quer dizer, dos últimos 20 anos, e *velhos* amigos (dos últimos 30, e, sempre atencioso, o Zé António).

Lembro-me que, ao princípio, tudo me parecia irreal. Não se sabia exactamente o que o Luís tinha, o segredo médico prolongava-se. Ainda brincávamos com ele, que fumava desalmadamente no quarto como sempre o fez. O seu riso acentuava a sua juvenildade, que parecia não se extinguir. Mas já não seguia bem as nossas conversas, a sua capacidade de raciocínio estava alterada.

A incerteza quanto ao seu estado, prolongada pelo desejo de não aceitarmos o que pressagiávamos, durou apenas alguns dias. Depois veio o diagnóstico definitivo, já antes sussurrado, mas agora explícito em toda a sua crueza. Recebeu-o com serenidade, acompanhado pela Helena. Mas ainda havia alguma esperança.

Da clínica seguiu para o hospital e deste regressou por breves dias a casa. Daí voltou ao hospital. Desfeitas todas as esperanças, restava o nosso amigo entubado, que, para o fim, parecia-me, já estava farto de tanto sofrer.

Por fim, o Luís morreu. Terminara a sua dor, enfrentada com grande estoicismo, a sua grande solidão. A mim a morte visitava-me de perto, atingindo alguém íntimo. Já perdi, como todos, pessoas muito queridas. Todavia, tenho tido a pequena fortuna de serem os meus próprios antepassados mais distantes. No caso do Luís, como no do Rui Rocha, outro do nosso etéreo grupo, foi alguém da minha própria idade e não das gerações que me precederam. Alguém com quem partilhara sonhos que nos fizeram caminhar e que fez parte da mesma coorte de vida que avança na mesma cadência para um fim que se espera sempre venha muito tarde. Foi como se ele desse um passo descompassado para fora do nosso tempo que prossegue, indiferente.

Por isso, por se tratar dele, mas dele connosco, redigi este memento. Esta *memória*. Só ao escrever me dei conta plenamente do carácter parcial, subjectivo e conjuntural, do que escrevi. Como reduzir uma pessoa feita de tantas coisas, tantos instantes, a umas tantas palavras *minhas*? Que resumo seria esse? Como transformar a cara, o olhar, a barba por fazer, o ar desalinhado, os gestos, a voz, o sentimento, o sorriso, os dentes ralos, os dedos que seguraram o *Negritas*, a ironia, a bondade, a vida, em suma, a algo estático como um texto?

Não tentei fazer qualquer retrato do Luís. Ficam aqui apenas estes instantâneos, imagens que retive do nosso convívio, e que ofereço a todos os seus amigos. Imagens, palavra adequada a quem tanto amou o cinema. Foi a pensar nesse amor — e em nós, antes e agora — que fui buscar o título ao filme do Paulo Rocha. Quanto ao fecho, retiro-o do *Esplendor na Relva* do Elia Kazan, que também vimos. São os versos célebres de Wordsworth, que a personagem principal feminina (interpretada pela inesquecível Nathalie Wood) não conseguiu acabar de recitar numa aula:

Though nothing can bring back the hour
Of splendour in the grass, of glory in the flower;
We will grieve not, rather find
Strength in what remains behind,³

É o meu adeus ao Luís.

José Manuel Sobral

Notas

- 1 Este estudo da arquitectura popular, publicado pelo Sindicato dos Arquitectos pela primeira vez em 1961, dá um grande relevo à povoação do Lindoso, apresentando mesmo uma fotografia em que a aldeia é retratada na sua paisagem de montanha.
- 2 Refiro-me às monografias *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária* (1948) e *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril* (1953).
- 3 *Intimations of Immortality From Recollections of Early Childhood* (1803-1806)
"Embora nada possa trazer de volta a hora
Do esplendor na relva, da glória na flor,
Não nos lamentaremos, antes buscaremos
Força no que ficou para trás. (tradução minha)."